

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO TÉCNICO DO CAPITAL**

**LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO FRENTE AL DESARROLLO
TÉCNICO DEL CAPITAL**

**THE SPACE PRODUCTION BEFORE THE CAPITAL
TECHNICAL DEVELOPMENT**

Victor Andrade Silva Leal¹
victor.leal_geo@yahoo.com.br

Jânio Roberto Diniz dos Santos²
jandiniz@yahoo.com.br

Sócrates Oliveira Menezes³
Menezes.socrates@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo possui o objetivo de fazer uma análise da realidade empírica, compreendendo o *trabalho abstrato* e a *técnica enquanto capital* no desenvolvimento histórico da produção do espaço. Para isso, abordamos o desenvolvimento histórico do espaço de Vitória da Conquista e Barra do Choça, na Bahia, a partir de uma intensificação da mecanização da produção agrícola de café no campo desses municípios e as consequências dessa mecanização na realidade da classe trabalhadora desse setor. Conclui-se que a modernização do capital pode produzir tanto a atração quanto a repulsão de trabalhadores, a depender do contexto histórico, apesar de ambas as tendências estarem sempre voltadas para o aumento da exploração desses trabalhadores em prol da acumulação do capital.

Palavras-chave: Capital. Modernização. Produção do Espaço. Técnica. Trabalho.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo hacer un análisis de la realidad empírica, entendiendo el *trabajo abstracto* y la *técnica como capital* en el desarrollo histórico de la producción del espacio. Para ello, abordamos el desarrollo histórico del espacio de Vitória da Conquista y Barra do Choça, en Bahía, a partir de una intensificación de la mecanización de la producción agrícola de café en el campo de estos municipios y las consecuencias de esta mecanización en la realidad de la clase obrera de este sector. Se concluye que la modernización del capital puede

¹ Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e do Instituto Federal Baiano – IF Baiano. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

² Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP.

³ Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP.

tanto atrair como repeler los trabajadores, dependiendo del contexto histórico, a pesar de que ambas tendencias se centran siempre en el aumento de la explotación de estos trabajadores a favor de la acumulación de capital.

Palabras clave: Capital. Modernización. Producción del Espacio. Técnica. Trabajo.

ABSTRACT

This article aims to analyze the empirical reality, understanding the *abstract labor* and the *technique as capital* in the historical development of the space production. To that, we approach the historical space development of Vitória da Conquista and Barra do Choça, Bahia, stem from an intensification of the mechanization of agricultural coffee production in these municipalities' countryside and the consequences of this mechanization for the working class reality of this sector. It is concluded the modernization of capital can produce both the attraction and the repulsion of workers, depending on the historical context, although both trends are always aimed at increasing the exploitation of these workers in favor of capital accumulation.

Keywords: Capital. Modernization. Space Production. Technique. Labor.

INTRODUÇÃO

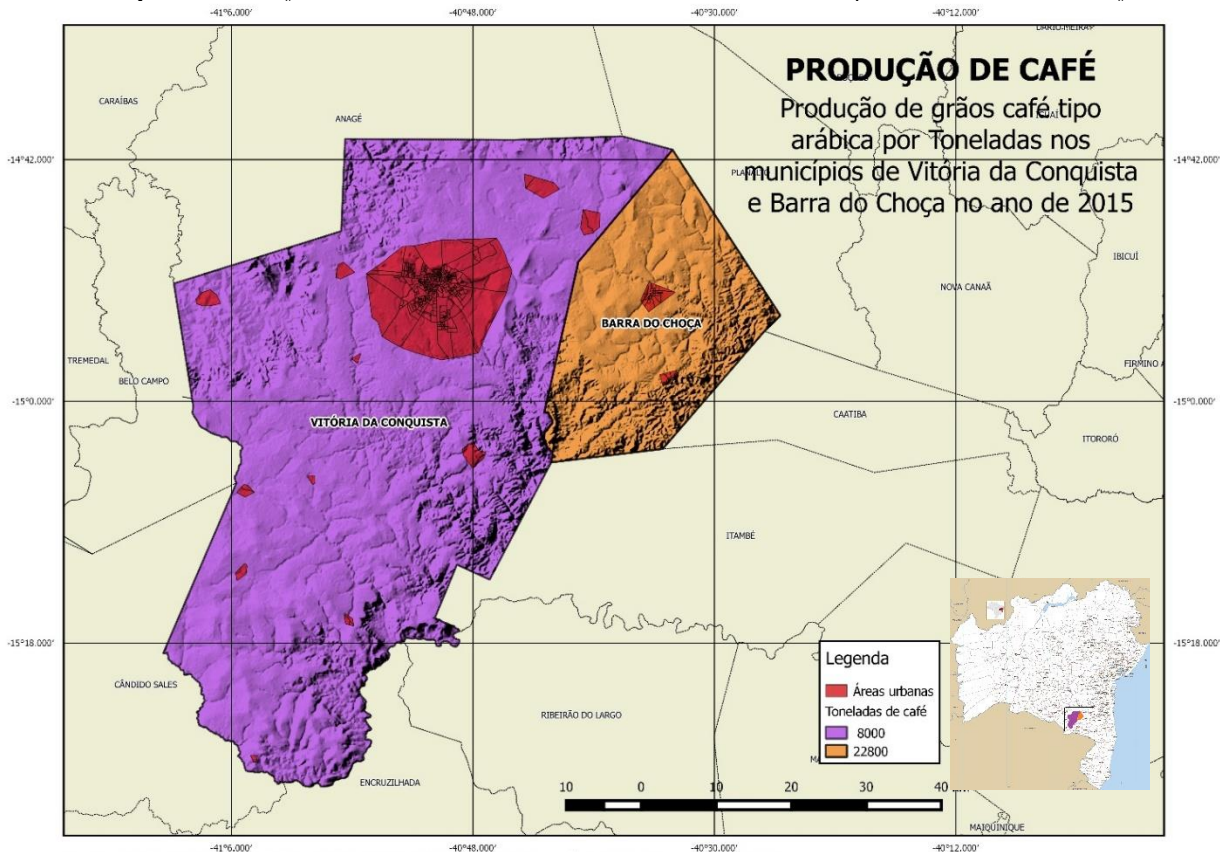
Neste artigo, buscamos compreender mais de perto as facetas da produção do espaço paralelamente com a compreensão de trabalho e técnica dentro da teoria marxista. Em vez de uma abordagem mais geral sobre o modo de produção capitalista, objetivamos analisar um caso mais concreto do espaço e da sociedade, o da modernização da produção de café na região de Vitória da Conquista. Para isso, fizemos uma pesquisa histórica em estudos realizados por Santos (1987), Souza, (2008) e Santana (2016), em que trazem um apanhado de dados e análises teóricas sobre a expansão da produção de café no planalto da conquista. Também fizemos uma pesquisa teórica sobre o desenvolvimento da técnica na teoria marxista.

Fizemos este recorte espacial pois nele as transformações técnicas aparecem expressivamente. Os dois municípios foram escolhidos porque, em primeiro lugar, Vitória da Conquista é o maior centro urbano da Microrregião homônima, sendo por isso a sede do comércio de café de todos os municípios do planalto da conquista que o produzem. Também apresenta uma grande quantidade de centros de beneficiamento do café, utilizando máquinas apropriadas para tal, centralizando assim também essa atividade da produção regional. Em segundo lugar, o município de Barra do Choça, apesar de ser menor em área e quantidade de habitantes, tem uma produção de café no seu espaço rural bem superior à de Vitória da

Conquista (ver Mapa 1). Assim, este município reúne maior quantidade de trabalhadores envolvidos no processo produtivo do café, bem como a maior quantidade de capital.

Sobre o recorte temporal, optamos por analisar o período a partir da década de 1970, no qual, segundo Santos (1987) e Souza (2009), se iniciou o movimento de modernização da

Mapa 1: Produção de café e áreas urbanas de Vitória da Conquista e Barra do Choça/BA



Fonte: INPE 2019; IBGE, 2013; IBGE, 2015; QGIS 2.9.9.

Elaboração: LEAL, Victor A. S., 2017.

agricultura de café na região. Também pretendemos dar uma ênfase maior nos anos que seguem a partir da década de 2000, já que, segundo as informações coletadas no 11^a Encontro Nacional do Café – evento sobre tecnologia agrícola para o café que visitamos –, foi quando se iniciou a mecanização das atividades agrícolas propriamente ditas. Para isso, também recorreremos à leitura de Santana (2016), cuja pesquisa abrange esse período no qual considera que as contradições decorrentes da mecanização se intensificaram.

Percebemos, nesse movimento histórico, dois períodos de modernização da produção de café, um antes e outro depois da intensificação da mecanização da atividade produtiva. Dois momentos que acabam por refletir diferenças na produção do espaço urbano e rural. Para explicar mais claramente esses dois períodos, este artigo foi dividido em dois tópicos que o compõem.

Antes de prosseguir, convém também mencionar sobre o conceito de técnica que utilizamos em nossa abordagem teórica, já que este se apresenta muito diverso, principalmente no que tange à ciência geográfica. De acordo com nossas leituras e pesquisas sobre este conceito dentro do pensamento marxista e marxiano, que vêm sendo realizadas desde o ano de 2014, a técnica está ligada muito mais a um processo material de produção do que qualquer outra coisa. Apesar de presente em seus textos, não existe uma definição, no próprio Marx, desse conceito, e a literatura que se inspira em seus escritos é vasta e imprecisa. Nossas considerações são de que, ao falar de técnica ou progresso técnico, Marx se refere aos meios de produção e ao desenvolvimento desses. Logo, a técnica seria a materialização do conhecimento humano (no mundo moderno, o conhecimento científico basicamente) nesses objetos e inseridos nas relações de produção.

MODERNIZAÇÃO E ATRAÇÃO DE TRABALHADORES

O plano do Estado para desenvolver e modernizar a produção de café no Brasil passou, por mais contraditório que seja, pela destruição de muitas plantações de café. Isso porque nos fins da década de 1960 houve uma crise de superprodução e o preço do café caiu muito no mercado, e isso “[...] levou o Estado a criar programas de erradicação dos cafezais e articular medidas de incentivo para uma produção mais racional” (SANTANA, 2016, p. 26). Contudo, dentro dessa seletividade, apenas aquelas plantações que não ficavam dentro do circuito produtivo do café (devido às condições físicas e naturais ideais) foram erradicadas. O Estado tinha o objetivo, então, de manter e desenvolver os plantios que pudessem ser os mais produtivos, já que estes tinham o potencial de trazer mais renda para o circuito do capital. Os municípios do planalto da conquista foram logo escolhidos para tal, pois apresentavam a altitude, clima e solo propícios para o cultivo, além de possuir um terreno plano que facilitava o uso de certos tipos de máquinas.

Entretanto, essa medida foi só o começo de um plano maior. O que se seguia à restrição de áreas produtivas não era a menor produção, mas a produção concentrada com altos índices de produtividade. E, para isso, o Estado investiu em uma série de elementos modernizantes que estavam ligados mais diretamente ou mais indiretamente à produção. Essas ações “[...] voltam-se, sobretudo, a criação da infra-estrutura necessária à expansão cafeeira” (SOUZA, 2008, p. 397).

Os elementos mais diretos foram os insumos como fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes selecionadas, consumos de máquinas, assistência técnica etc., e todos eles tendo a

aquisição mediada por créditos bancários concedidos aos grandes e médios proprietários de terra (SANTOS, 1987). Esses créditos fornecidos pelo Estado tinham o objetivo de promover uma agricultura mais moderna e produtiva e, claramente, mostram o seu interesse em investir no desenvolvimento do capital, já que a taxa de juros cobrada era negativa chegando a -37,7% no ano de 1980. Ou seja, os proprietários de terra só devolviam uma parte do crédito cedido pelos bancos (SANTANA, 2016, p. 40-41).

Já os elementos mais indiretos foram as estruturas externas à produção, mas necessárias para o melhor funcionamento desta. Investiu-se, então, em estradas, comunicação, fornecimento de energia, construção de barragens, implantação do curso de agronomia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia etc., além da criação de diversos órgãos de pesquisa e assistência técnica financiados pelo governo federal.

As novas condições de organização espacial têm sido propiciadas por uma presença mais forte de Estado e de novas modalidades de organização financeira as quais se refletem em melhoria dos meios de transporte e comunicação, novas técnicas, ampliação do mercado e outras que vêm permeando as relações do Estado com o conjunto da economia nacional (SANTOS, 1987, p. 16).

Santana (2016) mostra de que maneira esses financiamentos de crédito rural acabaram por redefinir a estrutura fundiária local. Os bancos cediam crédito aos grandes e médios proprietários para adquirirem terras e mudas de café, bem como outros meios de produção. As terras, na época (década de 1970), estavam desvalorizadas por conta da crise de superprodução do fim da década de 1960, logo o preço dessas entraram em declínio. Consequência disso é que muitos pequenos proprietários, sejam aqueles que produziam café, sejam aqueles que produziam para subsistência, aceitaram propostas de venda de suas terras, promovendo uma maior concentração delas. O Estado não se preocupa com aqueles que trabalham no campo, sejam proletários, sejam camponeses, ele apenas “[...] encara o mundo rural pela ótica da necessidade de mercantilizar e intensificar mais a produção, através do uso de crédito e de moderna tecnologia de produção, para que o setor agrícola contribua para o modelo de acumulação vigente” (SANTOS, 1987, p. 107).

Neste momento histórico, que se inicia por volta de 1972 no planalto da conquista (SANTOS, 1987), o crescimento das plantações de café nos municípios produziu uma classe trabalhadora que atendia as necessidades do capital no campo. Foi assim que muitos trabalhadores migraram para os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, principais produtores de café da região, formando um proletariado rural que vivia em busca da sua reprodução social nas fazendas de café.

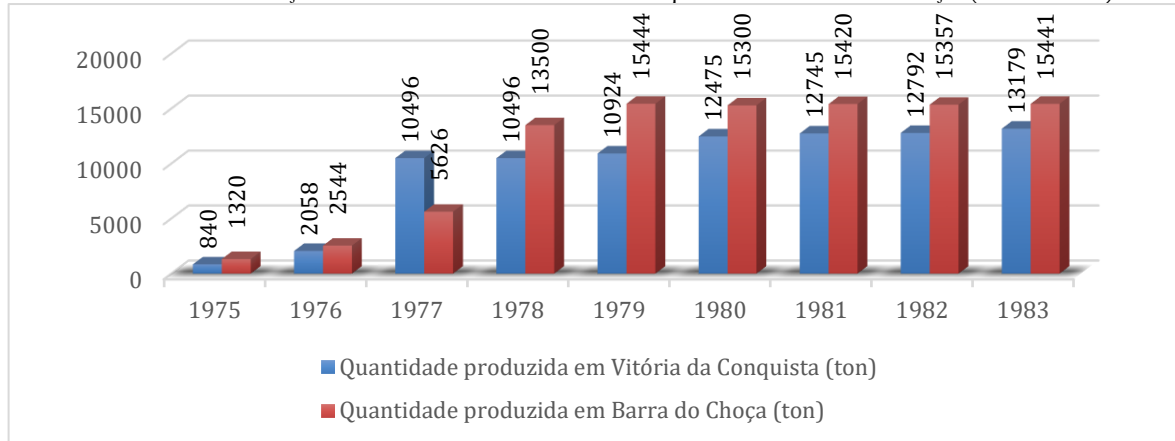
Santos (1987) aponta que a maior quantidade de trabalhadores que ali estavam eram assalariados temporários, tendo em vista que era na época da colheita que grande parte deles eram mais necessários para a produção do café, concentrado entre 40% e 70% de todo o custo da produção. Recebiam, na maioria das vezes, por diária ou por produção, contabilizando as latas de café colhidas.

Ainda segundo Santos (1987), esses trabalhadores que formavam a força de trabalho disponível para o café tinham três origens distintas. A *primeira*, originou-se dos antigos pequenos proprietários que não conseguiram permanecer na atividade devido à concentração de terra e acabaram indo para as periferias urbanas das cidades buscar outras formas de reprodução, mas que, nas épocas de trabalho no campo, eram alocados em algum serviço. A *segunda* origem desses trabalhadores veio dos pequenos produtores que não perderam suas terras, mas que não conseguem mais sobreviver apenas daquela atividade, deixando suas terras de lado na época em que o ciclo do café exige mais trabalho. A *terceira* origem, por fim, veio dos migrantes sazonais, “[...] que chegam principalmente na época da colheita, originários de áreas mais distantes, inclusive de outros estados” (SANTOS, 1987 p. 101).

Com o aumento do exército de reserva, os preços da força de trabalho foram impulsionados para baixo, facilitando uma maior expropriação da mais-valia. As mulheres e crianças que participavam da colheita ainda recebiam bem menos do que os homens. Santos (1987, p. 100) mostra que entre 1978 até maio de 1984 as mulheres ganhavam em torno da metade em relação aos homens, e as crianças ainda um pouco menos. Essa diferença começa a se amenizar a partir de 1984, mas, até onde vão os dados mostrados pelo autor (ano de 1985), ainda há um abismo muito grande entre os salários de homens, mulheres e crianças.

Todo esse incentivo do Estado, em conjunto à formação de uma classe trabalhadora destinada a essa atividade, elevou bastante a produção de café em Vitória da Conquista e em Barra do Choça. Em Vitória da Conquista, o salto produtivo foi entre 1976 e 1977, que saiu de 2.058 para 10.496 toneladas. Em Barra do Choça, foi entre 1976 e 1978, saindo de 2.544 para 13.500 toneladas. Podemos observar o desenvolvimento da produção de café entre os anos de 1975 e 1983 no Gráfico 1 que se segue:

Gráfico 2: Produção de café em Vitória da Conquista e Barra do Choça (1975-1983)

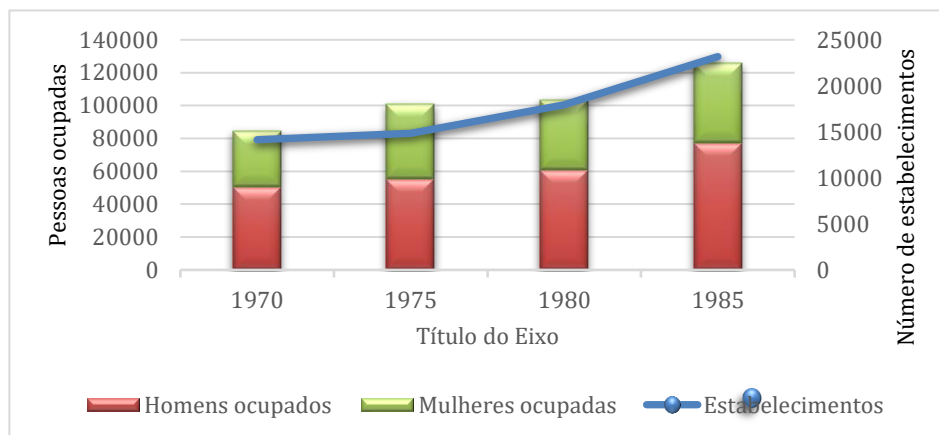


Fonte: SANTOS (1987).

Organização: Leal, Victor Andrade Silva.

É possível perceber pelo gráfico o momento em que a produção de café tem o seu crescimento mais vertiginoso, período esse que é sequência de alguns anos após o período de implantação e amadurecimento dos pés de café. Fica a mostra que as ações do Estado tiveram uma resposta muito grande no volume de produção em toneladas, e como é de se esperar, esse benefício torna ainda mais a classe capitalista agrária aquela que mais se desenvolve nesse processo. Junto a este crescimento da produção, Santana (2016) mostra que o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários na microrregião de Vitória da Conquista aumentou em proporção parecida com os números de estabelecimentos até a década de 1980 (ver Gráfico 2 abaixo). Isso demonstra que, quanto mais o Estado investia na produção agrícola da microrregião de Vitória da Conquista, mais o número de estabelecimentos crescia, e, junto a isso, também crescia a necessidade da utilização da força de trabalho.

Gráfico 1: Pessoas ocupadas no campo e estabelecimentos agropecuários da microrregião de Vitória da Conquista (1970-1985)



Fonte: SANTANA (2016).

Organização: Leal, Victor Andrade Silva.

Esses dados demonstram também como a produção do espaço rural se alterou vertiginosamente. O campo sai de uma realidade onde predomina a relação de produção ainda ligada à pequena propriedade camponesa, ou ao meeiro que usa parte da terra do fazendeiro, para uma intensificação do assalariamento pela expansão do capital na produção agropecuária. O desenvolvimento do capital foi intensificado pelas medidas estatais nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, e, com isso, o espaço também foi sendo produzido com novos elementos.

Contudo, não podemos cair no engano e pensar que as medidas que o Estado implantava estavam voltadas para o desenvolvimento pleno da sociedade. As relações de trabalho no campo se alteram seguindo uma lógica do capital, sendo um “[...] processo de aumento das relações que atingem contingentes cada vez maiores de trabalhadores e os meios de produção, acompanhado ainda pela crescente instabilidade do emprego” (SANTOS, 1987, p. 21).

Além de toda a exploração usual da mais-valia, típica da relação de assalariamento, a maior parte desses trabalhadores está disposta à necessidade temporária da produção agrícola, não mais conseguindo habitar no campo e tirar seu sustento de lá durante todo o ano. Desse modo “[...] amplos contingentes populacionais passam a ocupar a periferia das cidades próximas às grandes culturas, alterando dias de emprego e desemprego” (SANTOS, 1987, p. 23). O assalariamento provoca a mobilidade dos trabalhadores, deixando-os à mercê das necessidades do capital.

Não obstante, as condições de trabalho são das mais perversas. Santos (1987), Souza (2008) e Santana (2016) relatam diversas fazendas que não tinham a mínima condição de manter um trabalhador atendendo suas necessidades básicas. Em muitas delas não existiam condições de higiene, nem mesmo banheiros e chuveiros, os alojamentos não possuíam colchões, água potável, ventilação, kit de primeiros socorros e outros equipamentos de segurança. O objetivo dos patrões é diminuir o investimento da produção ao máximo, sem que haja perdas no lucro. E já que eles são “Impotentes frente à alta acelerada dos insumos, máquinas e equipamentos, resta ao produtor barganhar com o trabalho” (SANTOS, 1987, p. 116). Muitos casos de trabalhos análogos à escravidão também foram relatados nas plantações de café (tratamos sobre estes casos no próximo tópico, que abrange um período no qual eles se intensificam).

Além do mais, quando o café se tornou mais produtivo, as terras passaram a ser valorizadas. Os fazendeiros, não podendo mais comprar terras baratas como antes, começaram a converter todo o espaço de terra que tinham para produzir. As relações com

os meeiros e suas famílias – que viviam em terras desses fazendeiros, trabalhando para eles e, em outros momentos, fazendo uso de uma pequena parte da terra para seu próprio sustento – acabaram perdendo esta posição quando estes grandes proprietários que os acolhiam converteram todas as partes de sua fazenda para a produção de café, expulsando esses indivíduos da terra.

Essas condições de trabalho fizeram com que milhares de trabalhadores do café se mobilizassem no início da década de 1980 em uma greve que durou 10 dias, pautando melhorias nas condições de trabalho no campo. Segundo Santos (1987), algumas reuniões e discussões precederam as mobilizações entre os anos de 1977 e 1979, as quais foram muito importantes já que o proletariado rural da região não possuía nenhuma consciência política de luta. Das pautas presentes no movimento, os trabalhadores exigiam melhores salários com diárias pré-estabelecidas, salários iguais para homens e mulheres, pagamento de hora extra, fornecimento de água potável, adicional de insalubridade, criação de escolas para as crianças, dentre outras coisas.

Além de mais de 10 mil trabalhadores de Vitória da Conquista e Barra do Choça, a greve contou com o apoio das comunidades eclesiais da igreja católica. Ademais, o Sindicato dos trabalhadores rurais foi convocado pelos trabalhadores a assumir a direção da greve no que se refere às instâncias legais e burocráticas necessárias para torná-la legítima perante a lei. Segundo Santos (1987), alguns trabalhadores rurais se posicionaram de forma denunciativa ao sindicato, afirmando que ele “[...] não se colocara ao lado dos trabalhadores, mas dos patrões” (SANTOS, 1987, p. 125).

Apesar de não falar de forma explícita, Santos (1987) parece analisar a estrutura deste órgão enquanto algo fadado a boicotar o movimento. Já Santana (2016) volta sua crítica à uma “direção reacionária” que assumiu sua liderança, inclusive apontando como ganhos do movimento “a construção entre os trabalhadores da ideia de Sindicato com instrumento de luta e não como órgão ‘governamental’ de assistência; [...] [além da] criação e a aceitação de lideranças [...] que pudessem disputar a direção dos sindicatos” (SANTANA, 2016, p. 70-71).

Também com relação ao não envolvimento dos partidos políticos na greve, a análise dos dois autores se difere. Segundo Santos (1987, p. 127), as “Declarações tanto do partido da oposição quanto da situação [do governo municipal] eram de conteúdos ideológicos contraditórios [...]”. Este autor também afirma que mesmo o próprio partido de oposição, que fazia uso de um discurso a favor dos trabalhadores, afirmava que “[...] as reivindicações dos trabalhadores, especialmente quanto ao preço da lata do café colhido era irreal diante das

condições sócio-econômicas em que viviam os cafeicultores”, ideia completamente atrelada aos interesses da burguesia rural. Já Santana (2016, p. 70) apenas afirma que “[...] a falta de apoio político partidário e de outros setores afetaram diretamente [e negativamente] na duração do movimento”. Logo, a análise política que Santos (1987) faz do movimento grevista nos parece mais desenvolvida, pois considera a contradição dentro das próprias estruturas políticas – mesmo que deixe isto mais implícito do que explícito.

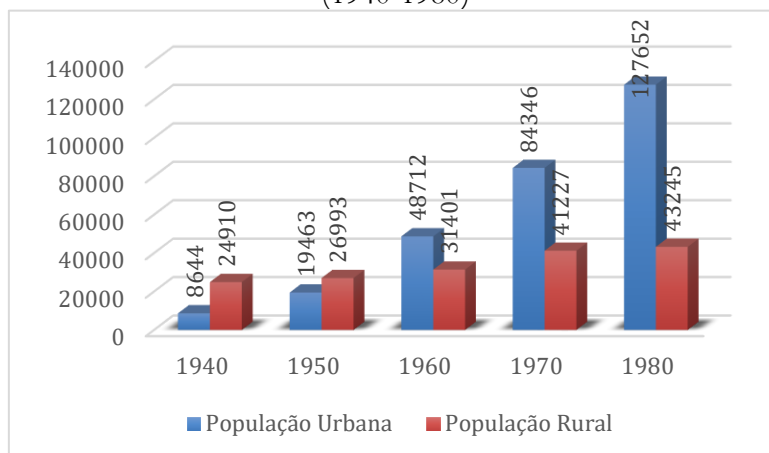
Este movimento chamou atenção de toda a sociedade para a questão do trabalho no campo, e ambos autores apontam que o principal ganho foi o contato dos trabalhadores com a organização da luta política durante o processo. Esse ganho de consciência foi extremamente necessário para compreender as mudanças do espaço rural que vinham acontecendo com a implantação dessa agricultura modernizada e mais focada para o mercado.

Mas da mesma forma que o espaço rural se modificou rapidamente com esse processo, os espaços urbanos, principalmente de Vitória da Conquista, também sofreram profundas mudanças nesse período, se expandindo rapidamente e aglutinando uma maior população, sendo que:

Embora se possa considerar a chegada de pessoas de outros locais para a cidade de Vitória da Conquista, pode-se afirmar que a principal responsável pelo rápido crescimento da população urbana foi a mobilidade do trabalho, resultado concreto do processo de “modernização” desenvolvido no campo, pelo Estado, a partir da década de 1970 (SOUZA, 2008, p. 393).

É possível ver no Gráfico 3 a seguir que a população urbana, na qual se encontra a maior parte do exército de reserva, tanto do campo quanto da cidade, ultrapassa rapidamente

Gráfico 3: População urbana e rural de Vitória da Conquista (1940-1980)



Fonte: NOVAIS (2018).

Organização: Leal, Victor Andrade Silva.

a população rural e continua crescendo década após década. Concomitantemente, a população rural, mesmo que em um ritmo menor, também permanece crescente até a década de 1980, refletindo a capacidade do campo de absorver força de trabalho permanente.

Essa é uma das formas pelas quais o desenvolvimento técnico na produção agrícola alterou consideravelmente, não só a produção do espaço rural, mas também a produção do espaço urbano de Vitória da Conquista. Alguns trabalhadores, atraídos principalmente pela colheita de café, trabalho que só existia temporariamente, começaram a produzir espaço para outras atividades nos hiatos da colheita. Desse modo, é importante lembrar que o desenvolvimento da agricultura do café, apesar de importante, não é o único fator que fez a cidade de Vitória da Conquista crescer. Ao longo dessas décadas, ela também se torna cada vez mais um polo de outros serviços para os municípios próximos, como educação, saúde e comércio, sendo esta última a principal atividade econômica da cidade (ver Tabela 2).

Tabela 2: Rendimento das atividades econômicas de Vitória da Conquista em 2015 (x R\$ 1000)

Agropecuária	111.161,87
Indústria	787.758,67
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	966.043,31
Outros serviços	3.222.356,66
TOTAL	5.087.320,51

Fonte: IBGE Cidades (2015).

Organização: Leal, Victor Andrade Silva.

O setor de “Outros serviços”, que engloba mais de três quintos de todo o rendimento do município, também demonstra que a produção desta está vinculada cada vez mais a um processo de valorização do valor. Não se produz riqueza material, valor, impondo grandes limites para o capital se reproduzir. Mesmo que alguns trabalhadores, como o professor de escola particular, sendo um trabalhador produtivo, produza mais-valia, no fim e ao cabo, ele não produz valor algum. Por esse motivo Marx (1983) afirma que essa é uma atividade que apenas valoriza o valor, dependendo do valor já existente na sociedade para poder se realizar. Entretanto, as atividades produtivas do município são cada vez mais imbricadas a algumas atividades do setor de serviços, como comércio dos meios de produção, transporte, comunicação, além da própria venda do produto final.

Segundo Santos (1987), os vetores de crescimento que a cidade de Vitória da Conquista assumiu foram justamente os das vias de acesso das cidades, como a Avenida Presidente Dutra (BR-116, conhecida como Rio-Bahia), a Avenida Presidente Vargas (que em continuidade com a BA-265 leva à Barra do Choça) e a Avenida Brumado (que em continuidade com a BA-262 leva às cidades de Anagé e Brumado). A partir de meados da

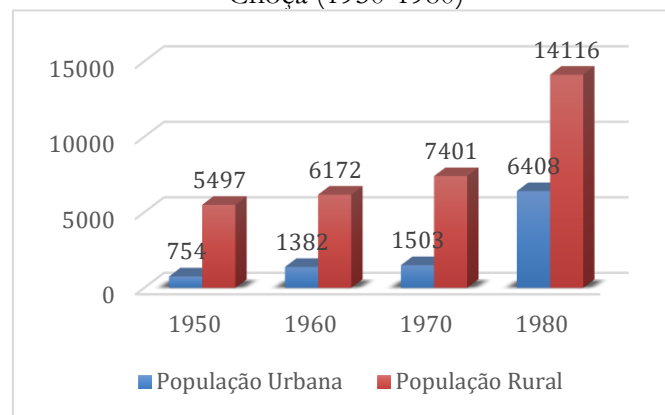
década de 1955, a cidade começa a crescer nos espaços que surgiram entre os eixos de crescimento da cidade, sendo atraídos pela “[...] construção do aeroporto, a implantação de novos loteamentos e o saneamento dos terrenos alagadiços” (SANTOS, 1987, p. 72),

A medida que a cidade foi crescendo, muitos loteamentos começaram a aparecer; 11 na década de 1950, 29 na década de 1960, mais 21 na década de 1970. Com esse crescimento desenfreado, uma certa seletividade fez-se valer no espaço urbano de Vitória da Conquista. “As modalidades de crescimento urbano modelam o mercado de trabalho produzindo dentro do espaço os grupos sociais que fazem papéis diferentes na oferta e na demanda de emprego” (SANTOS, 1987, p. 74).

Essa expansão ocorre, em grande medida, por autoconstruções de trabalhadores que, buscando um lugar para fazer morada, ocupam as periferias da cidade, construindo casas simples. Com tantas medidas de modernização, muitos deixam seu trabalho na terra e buscam sustento no modo de vida urbano. “São estas famílias camponesas que vão incrementar o crescimento urbano desordenado em Vitória da Conquista, quando diversos loteamentos são abertos, sem a menor infra-estrutura” (SOUZA, 2008, p. 394).

No caso de Barra do Choça, é perceptível um rápido crescimento da população entre os anos de 1970 e 1980, devido à implantação das plantações de café a partir de 1972 (ver Gráfico 4). Porém, diferentemente de Vitória da Conquista, a população se mantém predominantemente rural. A cidade não cresce tanto quanto esta última já que todo o centro comercial e parte dos centros de beneficiamento que envolvem a produção de café se concentraram em Vitória da Conquista. A economia do município de Barra do Choça manteve o predomínio das atividades agropecuárias, principalmente as do café (ver Tabela 3). Entretanto, é possível perceber que, apesar da população urbana não se tornar predominante em Barra do Choça, ela cresce proporcionalmente mais em relação à população do campo. Muitos desses moradores são os trabalhadores do café “[...] que na sede municipal e nos povoados gravitava em torno das propriedades de café” (SANTOS, 1987, p. 75).

Gráfico 4: População urbana e rural de Barra do Choça (1950-1980)



Fonte: SANTOS (1987).

Organização: Leal, Victor Andrade Silva.

Tabela 3: Rendimento das atividades econômicas de Barra do Choça em 2015 (x R\$ 1000)

Agropecuária	167.325,39
Indústria	40.147,59
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	109.191,23
Outros serviços	114.039,60
TOTAL	430.703,81

Fonte: IBGE Cidades (2015).

Organização: Leal, Victor Andrade Silva.

Vitória da Conquista e Barra do Choça acabam se desenvolvendo com especificações diferentes dentro do processo único de produção do café: o primeiro se especializando na etapa comercial e de beneficiamento do café. Já o segundo na produção agrícola do mesmo. Se compararmos as proporções com a tabela de rendimentos de Vitória da Conquista, veremos que quase 50% da economia de Barra do Choça está voltada para setores de produção de riqueza material e, conseqüentemente, de valor (agropecuária e indústria). Em Vitória da Conquista, esse valor gira em torno dos 20% apenas.

Mas mesmo que a produção do espaço desses dois municípios possua diferenças, fica evidente, já neste ponto da análise, que ambas seguem a lógica de reprodução do capital. O que acontece é que essa lógica se manifesta em formas diferentes no espaço, pois seu desenvolvimento é desigual por natureza. O objetivo, em última instância, da produção desses espaços é a reprodução do capital – expropriando a mais-valia que puder ter – enquanto uma relação social totalizadora.

MODERNIZAÇÃO E REPULSÃO DE TRABALHADORES

Com o passar dos anos, a agricultura cafeeira continuou a se desenvolver enormemente. Ela foi afetada ainda mais pelo desenvolvimento da técnica a partir do começo do século XXI, fazendo com que a organização das relações sociais de produção se alterasse enormemente, mesmo sem perder seu conteúdo elementar: a da reprodução do capital. Apesar do incremento técnico desde 1972, é a partir de 2006 que a produtividade dá um salto quantitativo enorme. Veremos em todos os gráficos analisados neste tópico que este ano foi um divisor de águas na produção de café em Vitória da Conquista e Barra do Choça.

Como analisado por Leal, Rocha & Santos (2017), a técnica não é um elemento neutro na sociedade. Ela age enquanto capital, estando do lado oposto ao do trabalhador na luta de classe. É possível ver concretamente esse desenvolvimento quando analisamos os dados da produção de café pós 2006, quando as relações sociais de produção passam por uma mudança que “[...] se apoia no uso intensivo de novas tecnologias e de técnicas agrícolas avançadas, que, ao mesmo tempo em que promove a ampliação dos índices produtivos, elimina, em grandes proporções, os postos de trabalho no campo” (SANTANA, 2016, p. 91).

Vimos anteriormente que a etapa da produção do café que mais demandava força de trabalho era a colheita, a qual possui uma série de exigências, principalmente no que se refere ao tempo da colheita. Não se pode esperar demais e nem colher antes da hora, logo é necessário concentrar muitos trabalhadores em um só período. Foi alterando essa etapa da produção que os capitalistas agrários conseguiram se livrar da maior parte de seus trabalhadores. Além dessa etapa, outras máquinas foram sendo inseridas no processo de produção do café.

Na feira tecnológica do 11º Encontro Nacional do Café que visitamos no ano de 2017, no município de Barra do Choça, na Bahia, foram expostas diversas máquinas agrícolas voltadas para a plantação do café que detinham o poder de dispensar diversos trabalhadores. Segundo as apresentações dos estandes, uma decepadeira e esqueletadeira mecânica é uma máquina que tem a função de aparar os pés de café na lateral (com o pente de serra), no topo e no pé (com o disco), sendo capaz de realizar o trabalho de 100 trabalhadores por dia.

Outra função dentro do plantio de café é a limpeza da superfície do chão que fica entre os pés de café. O soprador-arruador mecânico realiza essa função sugando, por pressão do ar, os materiais residuais do chão (folhas, galhos, pequenas pedras etc.), separa os materiais orgânicos, tritura-os, despejando-os, também com o uso da pressão do ar, embaixo dos pés

de café. Além de deixar o chão limpo para o uso de outras máquinas, esse material orgânico triturado já servirá como adubo para as plantas. Para limpar um determinado pedaço de terra que antes 20 trabalhadores demoravam uma semana para fazê-lo, é necessário apenas um operador em apenas um ou dois dias.

Da mesma forma, uma colheitadeira mecânica possui a capacidade de realizar o trabalho de cerca de 80 a 120 trabalhadores, a depender de quantas passadas o tipo de colheita necessita. Isso também com grande economia de tempo. Essa máquina é controlada por apenas um trabalhador, caso ela seja automotriz, sendo uma “colheitadeira autônoma”. Caso não, é preciso de um trator que a tracione, sendo necessários dois trabalhadores. Além disso, mesmo que ela possua um compartimento de armazenamento dos frutos, este é limitado em relação ao volume que pode carregar, sendo necessário que outro trator, carregando um reservatório para os frutos, acompanhe o processo.

Após a colheita direto dos pés de café, ainda há a colheita dos frutos que caíram no chão, que representam cerca de 20% à 30% da colheita total. A varredora ou recolhadora mecânica também realiza essa função com extrema rapidez e eficiência. Sobre sua capacidade de dispensar trabalho, não conseguimos obter um dado exato.

Além delas, também há outras máquinas como fertirrigadores autômatos, pulverizadores (por tração e aéreos), adubadeiras e subsoladores, dos quais também não obtivemos dados exatos sobre suas capacidades de dispensar trabalho.

Observamos que o uso dessas máquinas é um grande benefício para o médio e grande capital. Na palestra “Tratores, equipamentos e seus rendimentos nos tratos dos cafezais”, dada pelo engenheiro agrônomo José Braz Matiello, foi feita uma comparação detalhada – considerando o custo de aquisição e manutenção da máquina, os gastos adicionais como óleo lubrificante, diesel, armazenamento em períodos de desuso, bem como o operador da máquina – entre a aquisição e o aluguel dos meios de produção. O custo anual com aluguel se mostrou bem superior ao da compra. Contudo, o investimento inicial é muito grande e o tempo de retorno é longo. Por exemplo: a colheitadeira automotriz (que não precisa de trator para puxá-la) custava na época por volta de 200 mil reais e só tem seu retorno de capital a partir da terceira colheita.

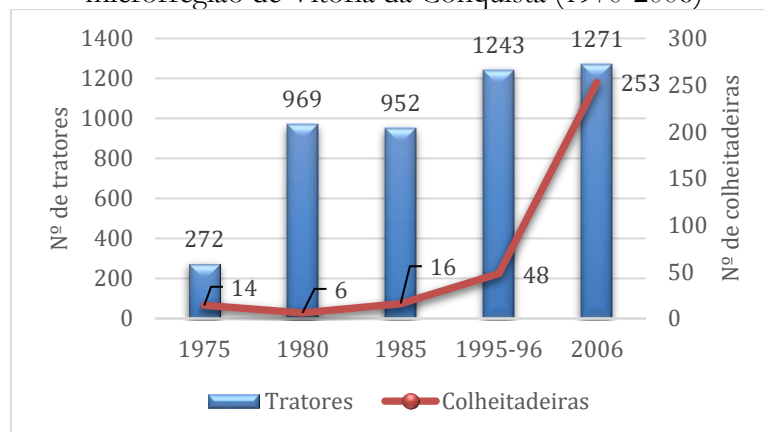
A solução para os pequenos produtores que desejam desenvolver tecnologicamente sua produção é alugar uma dessas máquinas, ou fazer o uso de máquinas-ferramentas manuais, como pulverizadores, motosserras e derriçadeiras motorizadas, acarretando ou um gasto maior de capital, no primeiro caso, ou um gasto maior de tempo e eficiência, no segundo.

Outro privilégio dos grandes proprietários é que não é vantajoso mecanizar pequenas propriedades de terra, visto que o benefício maior começa apenas a partir de cerca de 30 a 40 mil hectares. Além disso, a produtividade de algumas máquinas é maior apenas quando combinadas. Por exemplo, a decotadeira e esqueletadeira molda o pé de café na altura e largura ideais para o uso da colheitadeira mecânica, o que as torna extremamente seletivas.

Todos esses detalhes do uso de máquinas na agricultura que obtivemos nessa exposição tecnológica, nos revela uma tendência já proferida por Marx sobre o monopólio do grande capital que, ao produzir uma mercadoria mais barata, obtêm maior sucesso na concorrência do mercado, já que, por ser o mais apto a investir em uma mecanização mais completa, consegue dispensar o maior número de trabalho vivo da produção. Consequentemente, aumenta-se a expropriação de mais-valia, fazendo com que o capital domine, de todas as maneiras possíveis, os mecanismos econômicos de controle da classe trabalhadora a rédeas curtas.

De todas essas tecnologias apontadas, a colheitadeira mecânica talvez seja a que mais impacta no uso da força de trabalho na produção de café. Ela é uma máquina que foi pouco usada até o fim século XX. O Gráfico 5 a seguir mostra que apenas em 2006 (como dissemos anteriormente, um ano divisor de águas) foi constatado um aumento de 427% em relação aos dados de 10 anos antes. Já os números de tratores se mostram elevados desde 1980 (lembrando que o gráfico não se refere apenas à produção de café, contudo ela é definitivamente a maior produção agrícola da região).

Gráfico 5: Número de tratores e colheitadeiras na microrregião de Vitória da Conquista (1970-2006)



Fonte: SANTANA (2016).

Organização: Leal, Victor Andrade Silva.

Este é o momento no qual se diferencia uma modernização que atrai os trabalhadores de outra que os repele. Foi visto que, até então, “[...] nas primeiras décadas que se seguiram à introdução do café no Planalto da Conquista, a oferta de emprego nas fazendas era muito

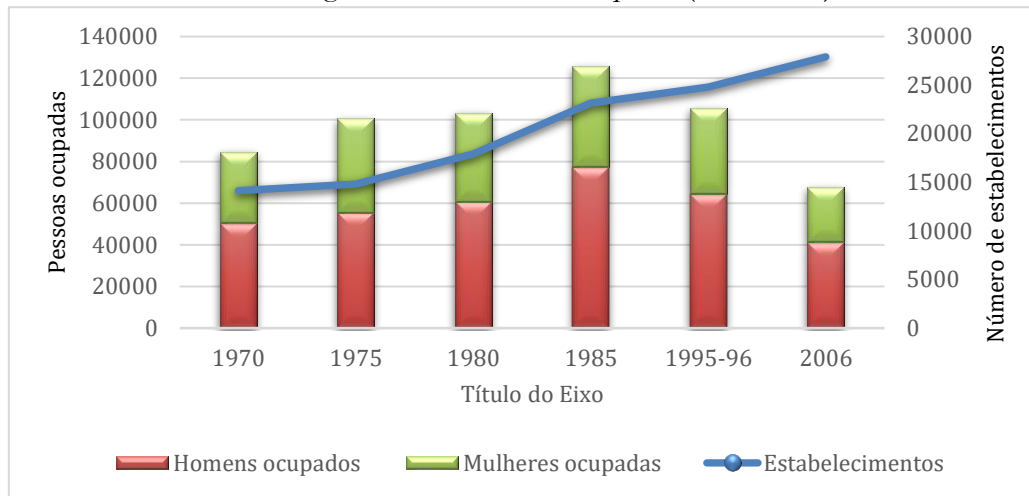
grande, atraindo até mesmo, trabalhadores de outras regiões do estado e do país” (SANTANA, 2016, p. 56). Mas isso não durou para sempre. A tendência de todo capital é se tornar mais produtivo, ou seja, de produzir mais mais-valia utilizando menos tempo de trabalho (MARX, 1984). E é assim que:

[...] visando maior produtividade e redução de custos na produção, os cafeicultores têm investido amplamente em tecnologias agrícolas de ponta. Do plantio à colheita, é cada vez maior a criação de máquinas capazes de aperfeiçoar a produção e, sobretudo, diminuir o tempo despendido no processo produtivo (SANTANA, 2016, p. 112)

De uma agricultura que empregava cada vez mais homens e mulheres no campo, a produção de café se tornou mais mecanizada e menos dependente de grandes quantidades de trabalho vivo, trocando os operários do café por empregados mais especializados como tratoristas, mecânicos, técnicos agrônomos etc. Na medida em que o café se tornava mais viável para a reprodução do capital, mais foi sendo investido e, conseqüentemente, mais produtivo esse ciclo se tornava.

O primeiro reflexo desse processo de mecanização pode ser visto no Gráfico 6 a seguir. Ele mostra que o número de estabelecimentos agropecuários apenas aumentou desde 1970 na microrregião de Vitória da Conquista. Em contrapartida, os homens e mulheres ocupados no campo cresceu e teve seu pico em 1985, tendo uma leve queda em 1995-96 e uma queda abrupta no ano de 2006. Se confrontarmos com os dados do Gráfico 5, visto anteriormente, fica perceptível que essa queda está ligada diretamente ao aumento do uso de máquinas colheitadeiras, que teve seu número multiplicado enormemente também em 2006.

Gráfico 6: Pessoas ocupadas no campo e estabelecimentos agropecuários da microrregião de Vitória da Conquista (1970-2006)



Fonte: SANTANA (2016).

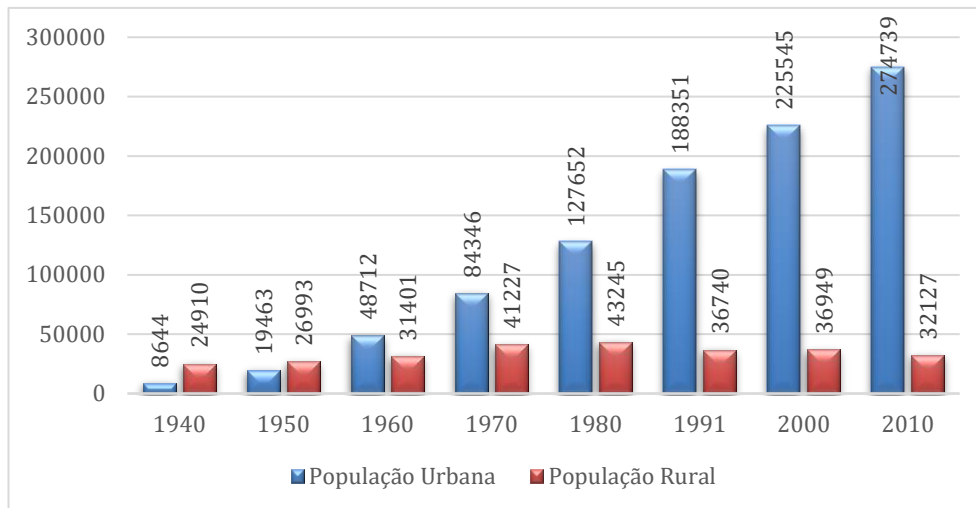
Organização: Leal, Victor Andrade Silva.

Se relacionarmos os dados do Gráfico 5 e 6, podemos perceber empiricamente que a composição orgânica do capital (ou seja, a proporção entre os elementos *meios de produção e força de trabalho*) se altera em proporções gigantescas em um curto espaço de tempo, tanto em seu componente técnico (a massa desses elementos) quanto em seu componente valor (o valor investido nesses elementos) (MARX, 1984, p. 187). O volume numérico de colheitadeiras mecânicas sobe 48 para 243 entre os dados de 1995-96 e 2006. Já os números de pessoas ocupadas caem de pouco mais de 105 mil para cerca de 67 mil nesse mesmo período. Uma queda de quase 40%. Do mesmo modo, como demonstramos acima, o valor para se adquirir essas máquinas é um investimento exorbitante, o qual poucos podem realmente ter acesso. Os capitalistas passam a investir muito mais em capital constante do que em capital variável.

Apesar disso promover um aumento enorme na extração de mais-valia, já que intensifica o trabalho investido na produção, contraditoriamente ele retira a quantidade de tempo de trabalho que se cristaliza no valor da produção final, desvalorizando as unidades das mercadorias individualmente. Isso quer dizer que cada saca de café terá uma menor proporção de trabalho vivo e uma maior proporção de trabalho morto na sua composição final a cada aumento tecnológico que for implantado no seu processo produtivo.

Essa diminuição de trabalhadores ocupados no campo é também refletida no aumento da cidade de Vitória da Conquista. A partir da década de 1990, sua população urbana continua sempre crescente, mas a população rural diminui não só relativamente como também absolutamente, revelando um esvaziamento do campo (Gráfico 7).

Gráfico 7: População urbana e rural de Vitória da Conquista (1940-2010)



Fonte: NOVAIS (2018).

Organização: Leal, Victor Andrade Silva.

O crescimento urbano passou a se tornar descontrolado em Vitória da Conquista com o surgimento de diversas ocupações na cidade. Contudo, essas ocupações, situadas sempre nas periferias, produzem o espaço urbano na contramão do planejamento do capital. O Estado, enquanto órgão defensor das classes dominantes, exerce, por meio da força, ações contrárias a essa produção. Exemplo disso é a desocupação realizada no bairro Nova Cidade relatada por Garcia em uma análise crítica sobre o acontecido, na qual afirma:

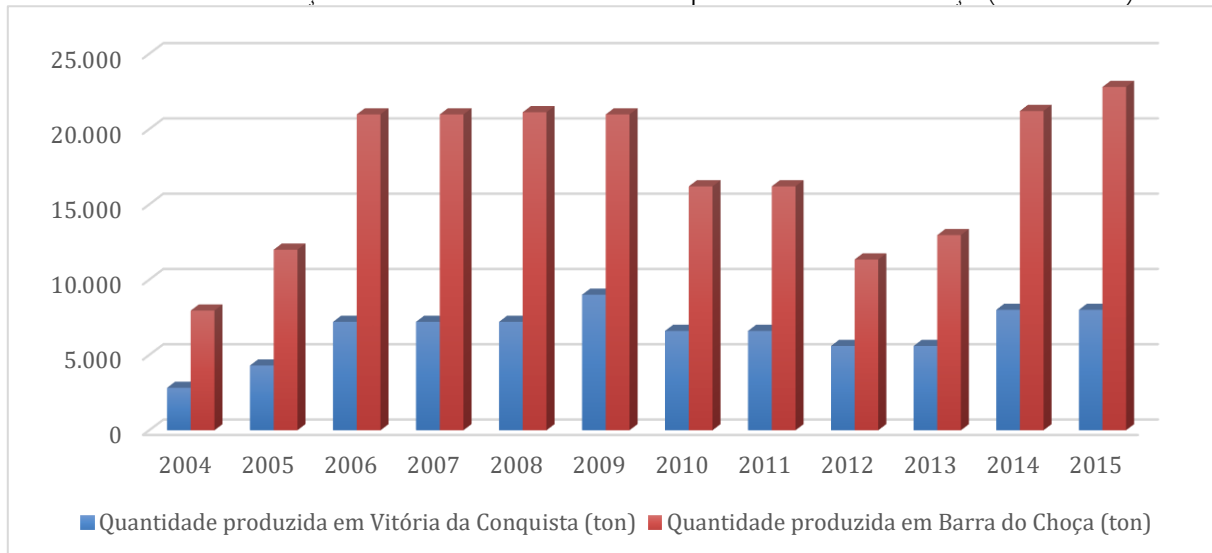
Na manhã do dia 04 dezembro de 2017, os trabalhadores de Vitória da Conquista foram surpreendidos pela ação bárbara do despejo de moradores da ocupação existente no bairro Nova Cidade. A polícia militar em conjunto com prefeitura, e amparados pela decisão da 1ª Vara da Fazenda Pública, realizou a ação truculenta de despejo dos moradores, sob bombas de efeito moral e balas de borracha. A justificativa dada pela prefeitura é a necessidade da manutenção da reserva ambiental da serra do Periperi, na qual o bairro se situa. Contudo, essa ação, além de bárbara, é repleta de contradições (GARCIA, 2017, s/p).

O autor aponta uma série de contradições presente nos posicionamentos do poder municipal e da mídia da cidade. Critica, assim, tanto o discurso ambientalista que afirma que a presença daquelas pessoas causava uma desordem ambiental no local (mesmo havendo condomínios fechados em áreas vizinhas, ou mesmo quando não dão atenção a outros problemas ambientais da cidade); quanto o discurso legalista, o qual aceita em bons termos a desocupação dos trabalhadores caso esta ação esteja amparada pelas esferas legais municipais.

Ainda sobre a construção deste bairro, é notório que ele não é novo em Vitória da Conquista. “A ocupação no Nova Cidade foi iniciada em meados da década de 1980 a partir

da ação dos próprios moradores. Estes vieram para Conquista de cidades vizinhas e até mesmo do campo em busca de melhores condições de vida” (GARCIA, 2017, s/p). Durante todos esses anos, o Estado demonstrou uma apatia costumeira em relação a esses trabalhadores, não fornecendo melhor infraestrutura a suas moradias. Na análise do autor, essas medidas violentas de desocupação feitas pelo Estado não passam de uma reprodução das políticas de higienização urbana ocorridas não só no Brasil, mas em todo o mundo, “[...]”

Gráfico 8: Produção de café em Vitória da Conquista e Barra do Choça (2004-2015)



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal de 2004 a 2015.

Organização: Leal, Victor Andrade Silva.

pela qual botam os trabalhadores mais pobres para debaixo do tapete para privilegiar a estética da vizinhança. Expulsam sujeitos socialmente ‘indesejáveis’ de suas casas, sem qualquer aviso prévio, para que não apareçam na janela das casas dos bairros vizinhos” (GARCIA, 2017, s/p).

Além dos reflexos da mecanização ao nível dos trabalhadores ocupados, da proporção entre trabalho vivo e morto e do crescimento populacional da cidade (e o conseqüente crescimento urbano desordenado), o avanço técnico permitiu também um grande avanço na produtividade da mercadoria. E novamente é visível, principalmente em Barra do Choça, o salto que a produção de café dá após o uso mais intensivo das colheitadeiras (ver Gráfico 8).

Produzindo cada vez mais capital com menos força de trabalho, a produção de café que antes aglutinava muitos trabalhadores nas suas fileiras, passa a torná-los supérfluos para a produção e para a sociedade. Isto causa inúmeras conseqüências a todos aqueles que não conseguem mais se realizar pelo trabalho, mesmo que temporário, no café. E o desemprego não é a única delas. Santana (2016) mostra que:

Na cafeicultura conquistense, as inovações técnicas provenientes da fase mundial do capital estão provocando uma crise sem precedentes do trabalho no campo que está relegando uma gama de trabalhadores ao desemprego e às mais variadas formas de trabalhos precários e degradantes (SANTANA, 2016, p. 143).

Isso acontece pois, dispensando grande número de trabalhadores, o exército de reserva aumenta enormemente, e muitos trabalhadores desempregados acabam se submetendo a condições de trabalho e de vida abaixo do padrão aceitável até mesmo pela legalidade estatal capitalista. Outras vezes, também se prestam a atividades mais incertas e frágeis que nem sempre garantem uma sobrevivência digna do sujeito. Isso afeta não só os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, mas outros municípios e até mesmo outras regiões, como demonstra Santana (2016) em sua pesquisa de campo:

[...] no ano de 2014, vários ônibus com trabalhadores rurais saíram do povoado de Abelhas e do distrito de Inhobim, em Vitória da Conquista, em direção ao Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde a mecanização das lavouras ainda é restrita. Nesse mesmo ano, muitos casos de trabalho análogo ao escravo foram relatados na cafeicultura do Espírito Santo pelo Ministério do Trabalho (SANTANA, 2016, p. 145).

Fica clara a contradição do desenvolvimento da técnica dentro do capitalismo: apesar de cada vez mais desenvolvida, serve ao capital e somente a ele. Os trabalhadores sofrem a consequência da precarização progressiva do trabalho e do desemprego. Muitos deles, em Vitória da Conquista, acabaram tendo que viver de bicos, muitos na construção civil, como manicures, ou enquanto pedintes, e até mesmo na prostituição (SANTANA, 2013).

Além disso, mesmo estando nessa situação de miserabilidade social, a ideologia da classe dominante possui uma força enorme na reprodução da consciência desses trabalhadores. É muito comum “[...] a reprodução do discurso dos fazendeiros pelos trabalhadores de que a aquisição de máquinas acontecia devido à exagerada fiscalização do trabalho” (SANTANA, 2016, p. 197). Mesmo alguns órgãos de fiscalização do Estado, como o Ministério do Trabalho e Emprego, realizando algumas intervenções e multando os fazendeiros que não oferecem condições de trabalho adequadas para seus empregados, isso pouco resolve a situação concreta desses sujeitos. Isso fica claro quando Santana (2016) afirma que mesmo aqueles trabalhadores que foram libertos de condições análogas à escravidão se encontram na mesma ou até em situação pior que a de antes.

A mecanização intensiva da produção agrícola, ou seja, o desenvolvimento técnico do capital, promove grandes e profundas transformações na produção do espaço, mas não sozinha. Para isso é necessário que se transformem também as relações de produção. Não

de uma forma radical, para fora da estrutura comum do capital, mas de maneira que o trabalhador seja dispensado pela intensificação do seu próprio trabalho, diminuindo sua parcela na composição orgânica do capital. Sem alterar essa composição, de nada adiantaria investir mais e mais recursos num desenvolvimento técnico que não dispensasse grandes massas de trabalhadores e não aumentasse sua produtividade.

Isso não faz da técnica, da máquina, vilões do trabalhador. A máquina possui um significado. Como vimos anteriormente, ela figura enquanto capital. Apenas pela emancipação do trabalhador em relação ao capital essa condição de subserviência à máquina pode ser superada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização técnica da produção de café demonstrou claramente possuir períodos bem distintos em relação à necessidade de se atrair e repelir grandes quantidades de trabalhadores. Essas tendências já foram também percebidas por Marx (1984) ao falar da inserção da maquinaria na indústria de algodão no século XIX. Nesta, havia períodos em que ora o desenvolvimento da base técnica aumentava o número de trabalhadores ocupados, ora o diminuía. Assim, o recorte da produção de café na Bahia no fim do século XX e início do século XXI se assemelha com a produção de algodão do século XIX da Inglaterra por ambas estarem pautadas nas relações capitalistas de produção, produzindo os mesmos efeitos de acordo com a inserção de novas técnicas.

Este é um movimento, entretanto, temporário, que oscila entre um período e outro. No caso da produção de café em Vitória da Conquista e Barra do Choça, representou, de um lado, um período no qual ainda não se havia alcançado um nível tecnológico acessível e efetivamente lucrativo, mesmo para os grandes proprietários da região; de outro lado, representou também um período de aumento absoluto no número de estabelecimentos, que, logicamente, também necessitou de um maior quantitativo global de força de trabalho empregada.

Outro fator que não se pode perder de vista é a visão global da produção. Apontamos anteriormente que, no início da implantação de uma produção de café mais modernizada no planalto da conquista, alguns municípios foram selecionados em relação a outros que tiveram suas plantações de café derrubadas por iniciativa do Estado. Assim, parte dos trabalhadores

foram apenas concentrados em alguns municípios. Logo, uma análise em escala regional demonstra que o aumento de trabalhadores em Vitória da Conquista entre as décadas de 1970 e 1990 pode ser apenas uma transferência de trabalhadores da região, e que para o capital geral, pode não ter significado um aumento absoluto efetivo. E se em escala regional as coisas já se tornam mais complicadas, essa mobilidade de trabalhadores ainda se torna mais complexa se analisarmos esse fenômeno em escala mundial pela divisão internacional do trabalho.

O crescimento do número de trabalhadores de fábrica é, portanto, condicionado pelo crescimento proporcionalmente muito mais rápido do capital global investido nas fábricas. Esse processo só se realiza, porém, dentro dos períodos de maré alta e maré baixa do ciclo industrial. Além disso, ele constantemente é interrompido pelo progresso técnico, que ora substitui virtualmente trabalhadores, ora os desloca de fato. Essa mudança qualitativa na produção mecanizada afasta constantemente trabalhadores da fábrica ou cerra seus portões ao novo fluxo de recrutas, enquanto a expansão apenas quantitativa das fábricas engole, além dos expulsos, novos contingentes. Assim, os trabalhadores são ininterruptamente *repelidos* e *atraídos*, jogados de um lado para outro, e isso numa mudança constante de sexo, idade e habilidade dos recrutados (MARX, 1984, p. 66, grifo nosso).

Independente do período e da tendência – se repelindo ou atraindo os trabalhadores aos postos de trabalho – o que ficou claro é que o capital, personificado em suas classes sociais, sempre agiu em prol de obter uma maior quantidade de lucro possível, independentemente se isso tenha exigido que se contratasse grandes quantidades de trabalhadores ou que se os demitisse. A realidade empírica mostra que, qualquer que seja a situação, o desenvolvimento técnico é sempre desenvolvimento do capital.

Do mesmo modo, esse processo demonstra que, com o desenvolvimento do capital em sua forma tecnológica, as relações de trabalho se tornam cada vez mais intensificadas e subsumidas ao capital. As relações de trabalho análogas à escravidão apenas demonstram a capacidade do capital de explorar o trabalhador em níveis que ponham em risco a sua reprodução material enquanto indivíduo. O que importa para o capital é a reprodução do trabalho, não do trabalhador. Obviamente isso gera uma contradição, já que só o trabalhador é capaz de reproduzir esse trabalho, levando até mesmo o Estado, defensor assíduo do capital, a intervir nesta situação, buscando meios de resolvê-la (mesmo que nem sempre com sucesso), como demonstra Santana (2016).

Na medida em que a técnica e as relações de trabalho se desenvolveram cada vez mais, foi possível também perceber como os espaços urbanos e rurais foram sendo produzidos para atender as necessidades da reprodução do capital. Essa produção é vista de

forma concreta em fenômenos como a destruição de pés de café para privilegiar áreas produtivas e baseadas no latifúndio; o crédito rural para grandes e médios proprietários e o desenvolvimento da infraestrutura voltada para estes proprietários; o crescimento populacional acelerado (principalmente nas periferias urbanas) na medida em que o capital exige mais e mais trabalhadores a serem explorados; e a migração desses mesmos trabalhadores para outras regiões em busca de trabalho quando a maquinaria (principalmente a colheitadeira) começa a dispensar a maior parte dos trabalhadores da colheita do café.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GARCIA, Eric. O direito à moradia para a classe trabalhadora: Sobre a desocupação forçada no bairro Nova Cidade em Vitória da Conquista. In: **Jornal Faísca**. Vitória da Conquista, 7 dez. 2017. Disponível em: <http://jornalfaisca.blogspot.com/2017/12/o-direito-moradia-para-classe-trabalhadora.html>. Acesso em: 23 ago. 2018.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE Cidades, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 22 de jun. 2018.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Produção Agrícola Municipal 2004-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2005-2016. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em 15 de fev. 2017.

LEAL, Victor Andrade Silva; ROCHA, Fátima Crislaine Batista; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. O papel da técnica na produção do capitalismo: uma análise do desenvolvimento histórico da I Revolução Industrial. In: **Revista Binacional Brasil Argentina: Diálogo entre as Ciências**, v. 6, p. 11-33, 2017.

MARX, Karl. **O capital: Crítica à economia política**. Volume 1, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital: Crítica à economia política**. Volume 1, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NOVAIS, Weldon Pereira Silva de. **O agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA: Agricultura capitalista mundializada e reprodução fictícia de capital**. Dissertação (mestrado em geografia). Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2018.

SANTANA, Aurelane Alves. **A crise do trabalho na cafeicultura de Vitória da Conquista - Bahia**. Dissertação (mestrado em geografia). Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2016.

SANTOS, Antônio Luiz. **Produção de riqueza e miséria da cafeicultura:** As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça – Bahia. Dissertação (mestrado em geografia). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1987.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes:** Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Geografia. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia: São Cristóvão, 2008.

Submetido em: junho 2020

Aceito em: setembro 2020